

Salomão Malina foi o criador do Partido Popular Socialista, o PPS, resultante do processo de mudanças ocorridas no velho Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Sua morte, logo após lançar seu livro,¹ um misto de memória e de avaliação política, sugere que se invoque não só sua figura como dedicado e disciplinado quadro dirigente comunista, como a discussão de suas idéias que orientaram a concepção da nova legenda da qual foi presidente de Honra. É o que se pretende fazer aqui em homenagem ao incansável defensor do alargamento da democracia entre nós.

Artífice da travessia que refletiu no Brasil o que estava se passando no mundo até então sob influência dos países socialistas, tendo à frente a URSS, Malina compreendia que o abandono de práticas a compor uma cultura política² solidamente enraizada não seria fácil. Costumava dizer que nesse processo operava-se um duplo movimento, o de continuidade e o de ruptura. Na primeira, a permanência de políticas de alianças e a luta contra a exploração do homem pelo homem. Na outra, a ruptura, em face de uma tradição que engessava o partido impedindo-o de dar saltos qualitativos e de se vincular mais e mais ao processo político real. Combinava, assim, os elementos fundamentais de um partido político vocacionado para ter papel saliente na sociedade: a relação com forças sociais e políticas capazes de canalizar eficientemente as



Salomão Malina

demandas sociais e o zelo por princípios estratégicos a ressaltar a defesa dos postulados do socialismo, agora irmanados à democracia. Ou seja, num só movimento, na verdade, juntava-se os fazeres políticos com os anseios doutrinários.

A questão que se coloca em face do exposto é a da nova identidade partidária, uma vez que como sublinhava Malina o IX Congresso rompeu com a tradição emanada da Terceira Internacional.³ Não se tratava apenas de uma ruptura meramente política, ao assim proceder rompeu-se também com um referencial, que sabiamente os comunistas brasileiros souberam sempre harmonizar, o princípio do internacionalismo proletário e a defesa da soberania nacional. Desse delicado equilíbrio passou-se a uma percepção na qual, segundo Malina, as novas problemáticas universais e pluriclassistas se colocam acima da luta de classes.⁴ A subordinação dessa àquelas problemáticas merece uma reflexão, uma vez que modifica por completo a maneira de apreensão da realidade e de seus problemas.

Ora, se o novo partido saído dessa revisão não se compromete mais com o eixo inspirador de sua concepção original, o de ser um partido de classe e mais precisamente da classe operária, que referencial passa a identificá-lo? O abandono da legenda anterior não constitui tão-somente uma simples mudança nominal, traz no fundo uma percepção diferente, cujos vocábulos popular e socialista em geral são indicadores de uma reiterada inserção nas sociedades de massa com fins de projetá-la num novo cenário em que possam usufruir de mais direitos e de mais influência, não conseguem, tais indicadores, precisar adequa-

¹ Professor titular de História do Brasil da USS e do Programa de Pós-Graduação em História da USS/Vassouras; pesquisador da Faperj/UERJ; doutor em História Social pela USP; autor de *Análise do saber histórico* (Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975) e *Trajatória de um comunista* (Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997), entre outros títulos.

damente o conteúdo que encerram. O popular é vago e já serviu a tantos projetos elitistas ou autoritários, ao passo que o socialista igualmente emprestou esse nome a ideários antipopulares, haja vista os movimentos fascistas. Seria necessário, por conseguinte, dotá-los de uma maior fundamentação e praticidade uma vez que as origens foram rejeitadas por seus inspiradores. Mais adiante retomaremos essa discussão.

A questão do “Estado ampliado”,⁵ por exemplo, no qual governantes e governados ou dirigentes e dirigidos instauram uma nova relação entre Estado e sociedade civil, cujo vetor a moldar essa nova concepção de Estado estaria na democracia. O problema é que a democracia só se configura numa realidade dada, concreta, objetivamente situada e correlacionada com uma série de fatores que a tornam significativamente perceptível em nível de realizações que se materializam em prol de anseios que dela tire partido o povo. O ideário democrático por mais bem intencionado não resolve a questão democrática, podendo quando muito redefini-la em novos projetos a serem acalentados e perseguidos.

Se o Estado não deve ostentar mais a posição de indutor de políticas públicas, como mandatário de uma suposta aspiração popular, delegado que seria desses anseios, ou que em parceria com a iniciativa privada imponha ritmos de desenvolvimentos com vistas a beneficiar interesses coletivos, tais argumentos não carecem de maiores comentários. Todavia, a aceitação de que ao Estado não resta mais nada senão curvar-se à lógica de um novo mundo, no qual sua função estaria sendo paulatinamente substituída pelo mercado ou pelos imperativos de um comércio internacional cada vez mais interligado a grupos e forças que independiriam de regulação, é um raciocínio inaceitável. Operar transformações sem a utilização do Estado em sociedades ditas emergentes, mas profundamente marcadas por histórias de opressão, é dissociar a política do poder. Ou melhor, é crer que o exercício da hegemonia não interfere em nada no dinamismo dos processos políticos, o que é um ledão engano.

No que se refere ao abandono de uma doutrina oficial, o marxismo-leninismo, dotando o partido de um caráter laico, é necessário chamar atenção para duas coisas. Primeira, a ausência de um postulado doutrinário longe de ajudar um partido a

buscar outras e novas fontes que o ajudem a pensar a organização de sua intervenção na sociedade só cria dificuldades. Ou uma doutrina tem capacidade de enfrentar os desafios de um tempo mutante ou não tem. O que se discute é se o marxismo (deixemos a estrutura leninista de partido de lado) encontra-se na primeira ou na segunda condição. A outra coisa é se um partido — como sói acontecer com os partidos com densidade e inserção social — possui uma ideologia, essa não se constitui apenas por seus fundamentos. Há que encontrar instrumentos doutrinários que possibilitem sua real difusão no conjunto das relações sociais.⁶

A escolha de uma concepção de partido de massa, colado às questões mais sentidas das massas populares e dos grupos sociais emergentes não logrou êxito segundo Malina. Sua suspeita é categórica: “Percebo algumas tendências fortes em nosso meio que procuram levar o PPS a um movimento eleitoralista, no mau sentido da palavra. Nossa preocupação de crescer o Partido, justa por sinal, vem levando o PPS a fazer certas aberturas e filiações que não são convenientes.”⁷ Pena que dessa percepção não se tenha partido qualquer resposta mais conseqüente, em condições de modificar essas distorções. Mas, é aí que reside uma questão que não deve passar despercebida. Se essa tendência se manifestou no PPS é porque a ausência de uma matriz ideológica permite a apropriação e o crescimento de perspectivas pragmáticas, longe de suas origens comunistas. Abrir-se ao novo e aos mais recentes desafios não quer dizer partilhar com alguém que não possui um compromisso minimamente comum.

A despeito de apoiar-se em Gramsci que firmara a convicção segunda a qual a política que não tenha elementos de previsibilidade, que não identifica os ritmos e as leis do movimento social, tende a tornar-se oportunista, Malina não avança na direção de um diagnóstico mais radical do processo de afirmação de seu partido. Acerta no que respeita ao papel de um partido moderno comprometido com a solução dos impasses históricos, verdadeiro contencioso a impedir

A escolha de uma concepção de partido de massa, colado às questões mais sentidas das massas populares e dos grupos sociais emergentes não logrou êxito segundo Malina.

avanços mais substanciais de uma democracia capenga, mas erra ao minimizar o eixo mobilizador do PPS, que não sendo mais o marxismo-leninismo, nem tampouco o marxismo em seus fundamentos filosóficos mais gerais, deixa de ter qualquer identidade norteadora, a dissolver-se como legenda reformista sem diferenças substanciais com as demais legendas emanadas do próprio MDB e de suas derivações mais ou menos doutrinárias. Há, não obstante, a presença de uma velha sensibilidade do militante sempre atento, como veremos a seguir, no momento em que trata da questão da necessidade de uma teoria.

A sensibilidade a que se alude está presente quando em seu depoimento Malina sugere que se desenvolva um “trabalho de elaboração teórica”. Sem entrar no significado que empresta ao conceito de teoria, “representação ideal do movimento real do objeto”, não há dúvida de que o velho militante tem lá suas razões para lembrar a necessidade de se pôr em prática essa tarefa, a qual reconhece, como

todos que acompanharam interessadamente a trajetória do PCB, ter sido “uma de nossas grandes debilidades históricas”.⁸ Contudo, a questão torna-se mais angustiante, para não dizer mais complexa, quando se abre mão de uma concepção filosófica de fundamento ideológico, para, sem essas premissas, pensar-se em teoria como se ela surgisse sem esses pressupostos filosóficos, doutrinários e ideológicos.

No instante em que os neocomunistas do PPS abandonaram a matriz do marxismo-leninismo e deixaram de mão os fundamentos da filosofia marxista, instrumental que deu Norte ao pensamento e às idéias do movimento comunista entre nós, perderam um referencial sem substituí-lo por outro. Essa atitude de estar aberto para o novo é bonita como discurso voltado para persuadir a quem não se dispunha a pertencer a um partido que se orientava pelo centralismo democrático. Todavia, essa abertura sem referências mais consistentes pode ajudar a reunir pessoas com

vistas a um debate democrático, pleno de diversidade, mas jamais consoante com a vida de uma organização partidária que tenha como propósito interferir conseqüentemente na vida das classes subjugadas pela exploração capitalista. Se hoje a classe operária não é mais o único instrumento para a construção de uma ordem socialista⁹ ou pelo menos injusta, a exploração de classes permanece intacta, porque intacto se encontra o capitalismo e seu processo de acumulação.

Logo, não se trata de incentivar o exercício de elaboração teórica se não há uma base a partir da qual se inicie esse processo. Trabalhar com o rico universo da globalização é indispensável sem dúvida, porém para compreender as articulações e interpolações desse fenômeno de nossos dias torna-se indispensável estar de posse de uma filosofia, uma concepção que oriente os procedimentos de captação e compreensão dos novos e mais intrincados mecanismos sociais e políticos de nossos tempos. É preciso evitar a atitude de abertura diante do novo, do inusitado, com a ausência de pressupostos, na presunção de que com este abandono de diretrizes o grau de apreensão de uma realidade mutante como a que assistimos fica mais facilitada para efeito de análise. Mas essa confusão entre método e atitude de despojamento parece ter acompanhado o discurso presumivelmente inovador de Malina. É o que se pretende examinar a seguir.

Quando se deu o progressivo desmonte dos regimes soviéticos no chamado Leste Europeu, surgiram as primeiras e apressadas análises dando conta da impossibilidade de conciliação entre o então derrotado socialismo e a democracia que vigora no Ocidente. Eram os ideólogos do capitalismo,¹⁰ ora sob o manto de sustentarem as premissas do liberalismo e suas virtudes,¹¹ ora de origem anticomunista mesmo com seus efusivos arroubos conhecidos por todos aqueles que já foram alvos dos seus ataques de histeria.¹² Ainda que destituídos do cunho que orientara os discursos da Guerra Fria, cujas atitudes de lado a lado eram marcadas por um certo ardor passional, o sentido dessas denúncias não escondem o repúdio ao socialismo.

Depois vieram as análises mais frias, distantes daquele clima de Guerra Fria que imperara nas anteriores. Frias porque suficientemente revisionistas quanto ao embate que se travava antes do

A sensibilidade a que se alude está presente quando em seu depoimento Malina sugere que se desenvolva um “trabalho de elaboração teórica”.

término daquela experiência de socialismo, igualmente desenvolvidas por liberais e por socialistas, uns mais outros menos adeptos dessas concepções. Essas análises já são mais densas e em geral fundadas em substantivos elementos para a reflexão dos que efetivamente pretendem examinar aqueles momentos que se tornaram decisivos para a *debâcle* de movimentos tais como “*glasnot*” e “*perestroika*”, tão excitadamente mencionados ao longo do governo de Gorbachev, como revisão e reassunção do verdadeiro regime que inspirara gerações que se sucederam durante o século XX.¹³

Mais recentemente, com a evidência do fracasso do neoliberalismo, ressurgiram alguns textos de filiação marxista dispostos a retomar os debates acerca da querela socialismo *versus* capitalismo que parecia esquecida ou adormecida. Neste rol, que relembra em muitos casos, os antigos confrontos a reunir autores intelectuais marxistas ou próximos ao marxismo, mas com diferenças e opiniões nem sempre convergentes,¹⁴ há uma gama de questões que esse inventário intelectual não chegou a dar conta. Dessa relação gostaria de fixar dois em especial: o que situa(va) a questão da democracia como uma questão central nos debates em torno do socialismo, e o que situa(va) o papel do Estado nos regimes socialistas em contraposição a esse mesmo papel nos países capitalistas. Colocado no presente é inevitável o paralelo com o passado, uma vez que essa problematização, falsa ou não, acompanhou os discursos dos que participaram ativamente desses debates.

No que diz respeito ao Estado – comecemos por essa questão – talvez tenha sido a mais simplificada de todas. Por não principiar esses debates sobre o significado histórico do Estado, tanto os ideólogos liberais quanto os marxistas tomavam a questão em sua representação e não em sua essência, razão pela qual punham em evidência situações de fato, tais como as comparações entre os Estados capitalistas, geralmente os mais avançados do circuito desse modo de produção, e a URSS, epicentro do sistema socialista mundial. Poucos analistas referiam-se às condições históricas que fizeram emergir o socialismo na Rússia e nos países socialistas soviéticos, assim com tampouco teciam considerações a respeito das circunstâncias que levaram aos países capitalistas centrais a exibirem uma destacada participação no concerto econômico,

político, cultural e internacional, sem se mencionar os séculos de espoliação colonial e neocolonial.¹⁵

O fato de Marx não ter desenvolvido uma teoria do Estado¹⁶ tal como parece ter pretendido, não impede que se tenha elementos para argüir a questão a partir dos pressupostos que me parecem os mais pertinentes. Afinal, a aplicação do método elaborado por Marx e Engels propiciou as ferramentas básicas para que se possa examinar o papel e, em conseqüência, o significado do Estado na história.¹⁷ Se os liberais omitem esses fundamentos ou os minimizam, preferindo situar a questão no presente, trata-se de uma escolha que não pode ser aquela a presidir um reexame das relações dos Estados com as sociedades, já que é essa a razão de ser dos embates que se travaram no passado recente com vistas a dirimir eventuais diferenças entre os sistemas. O equívoco de Malina, bem como de quase todos que se debruçaram sobre a questão do Estado, consiste em partir de um estágio no qual o recurso à história parece que foi deixado de lado, preferindo-se tomar a questão em seu estágio atual, como fosse possível enfrentar esse desafio sem se recorrer aos fundamentos históricos, tanto do processo histórico real quanto da história das idéias políticas dos quais Marx soube muito bem correlacionar. Fazer tábua rasa da querela sobre o Estado no suposto de que esse conhecimento não é ignorado por ninguém é, no mínimo, desconsiderar o quanto esse conhecimento precisa ser sistematicamente objeto de releituras.

Evocar os novos tempos, mencionar a revolução científica e tecnológica, ou ainda referir-se a superação das querelas ideológicas como algo do passado é mascarar a realidade privilegiando os fenômenos atuais como se eles alterassem as relações dos Estados capitalistas. Essa questão não pode ser secundarizada, por mais que os avanços e as inovações desafiem as mentes dos que se comprometem com o futuro da humanidade. O caráter dos Estados no momento atual do capitalismo precisa ser permanentemente lembrado para que não se perca de vista que o poder se encontra na essência de uma relação de exploração continuada, a do capital sobre o trabalho. Se essa relação conheceu determinadas modificações funcionais¹⁸ nas últimas décadas, a relação fundamental continua a vigorar.

E a questão não é nem se há espaço para que se discuta a possibilidade da existência ou não de

Estados nacionais, ciosos de sua soberania, diante do avassalador processo de globalização a engolir tais possibilidades tão discutidas nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado. A questão mais funda é que os Estados, ao se constituírem historicamente, construíram instituições responsáveis pela guarda da hegemonia das classes que exerceram ao longo dos tempos a dominação. É evidente que no momento em que o capitalismo se instalou e se expandiu territorial e culturalmente através de um circuito mundial, o Estado que lhe deu corpo jamais perdeu seu papel de subordinador das classes dominadas.

De resto, é preciso sempre frisar que o Estado cumpre a função de ordenar o domínio da classe dominante e enquanto houver sociedade de classes essa função permanecerá como necessária, mesmo que se proceda a determinadas aberturas na direção de uma maior representação das classes, tal como ocorre nas chamadas sociedades democráticas ou em que prevalece o Estado de direito democrático, haverá sempre a primazia dos interesses das classes dominantes. Minimizar essa situação não ajuda ao processo de compreensão da história e torna principal os aspectos secundários, de interesse de quem detém o exercício da hegemonia.¹⁹

Malina é um político que se caracterizou pelo bom senso porque pensara em conciliar uma tradição de lutas pela igualdade radical, tendo o comunismo como ideário e vir-a-ser possível e capaz de concretizar os anseios de milhões de trabalhadores, com uma democracia política de expressão burguesa e de fundamento capitalista. Essa coexistência tornou-se necessária nos anos de ditadura com vistas a retomadas das liberdades democráticas, mas para Malina seria possível estender essa convivência além da transição para a democracia formal, política e juridicamente antiditatorial. O equívoco não está, como parece, na tentativa de conciliar as premissas ideológicas com a democracia burguesa, mas em admitir e apostar que o novo caminho para uma sociedade do futuro poderia passar pela manutenção das estruturas econômicas e sociais de inspiração e de funcionamento capitalistas, pois tanto a inspiração quanto o funcionamento do capitalismo são visceralmente avessos a qualquer possibilidade de eliminação das relações que determinam as desigualdades. Não se pode, assim, pensar politicamente para o bem de um equilíbrio capaz

de assegurar o progresso deixando de lado os elementos que impulsionam o sistema vital de uma sociedade de classes. O abandono do referencial de classes conduz ao abandono da interpretação marxista.

Quando Roberto Freire usa a máxima da “radicalidade democrática”, inspirado nos ensinamentos de Malina, de duas uma: ou prefere dizer em outros termos que a verdadeira democracia só pode ser idealizada se aprofundarmos as conquistas sociais até às últimas conseqüências, ou está admitindo que uma perspectiva não-igualitária, liberal e reformista, seria capaz de estender até os limites do tolerável um conjunto de aquisições em benefício dos setores menos aquinhoados da sociedade. Em outras palavras, o dito possui a ambigüidade de servir de leituras que podem ser *radicalmente* distintas. Na primeira leitura, a adoção dessa radicalidade envolveria um confronto inevitável com os proprietários de interesses, sejam eles de capital em sua forma financeira ou imobiliária, do contrário seria apostar num socialismo de tipo Fabiano.²⁰ No outro caso, esse liberalismo elástico e generoso criaria impasses e até contradições insuperáveis com os donos do poder, tendo em vista que o aprofundamento de agendas sociais além dos limites suportáveis inviabilizaria tais esforços tão libertários para poder caber dentro do figurino liberal clássico ou moderno.

Dessa maneira, os esforços bem intencionados de Malina e Freire se estavam sintonizados com a pauta democrática que acompanhava o processo de redemocratização do país, por um lado, encontram-se bastante distanciados do eixo interpretativo do marxismo, por outro. É evidente que o PPS jamais pretendeu assumir uma continuidade do ideário comunista, não obstante seus líderes invocassem a vinculação com o passado comunista. Contudo, não lograram produzir um referencial teórico em condições de, abandonando de vez o referencial de Marx, firmar um novo referencial consentâneo com os novos tempos seguidamente lembrados por ambos, amparados em suas longas e significativas militâncias políticas. E, parece-me, que uma das questões-chaves a embaralhar essa compreensão, ao mesmo tempo bem intencionada e equivocada, está justamente na incompreensão do papel do Estado. Essa incompreensão parece primar pela concepção de que em face das

incontroláveis tendências da revolução do conhecimento que se processa sem cessar, os próprios Estados seriam, eles também, envolvidos por esses processos e teriam que se adaptar a ele. Trata-se de um ledô engano, pois quem preside esses processos e o controla de forma muito mais sofisticada do que temos condições de perceber²¹ são exatamente os poderes que se encontram no seio dos aparelhos de Estado.

Assim, se o processo político real é único e sobre ele devem ser elaboradas as estratégias e as táticas com vistas ao poder ou a influências capazes de produzir alterações que signifiquem substanciais ganhos políticos, é também verdade que não se pode ter ilusão sobre o caráter a ser imprimido a essas estratégias e táticas. Imaginar que o novo está desprovido de elementos constitutivos de uma ordem que prima pela reprodução dos valores ainda dominantes é incidir no erro de considerar o novo como apenas novo sem a presença do velho, ou seja, sem a interferência de valores agregados que se inserem nos processos inovadores. E esses elementos estão na base da concepção de ordem.

Ora, se o Estado é por excelência o aparelho responsável pelo abrigo do poder e de suas instituições, toda a sua conformação está impregnada desse poder nele instalado. Desse modo, as normas jurídicas, os dispositivos que estipulam a censura na sociedade, os códigos e demais preceitos que transitam pelas várias instâncias e departamentos do Estado correspondem a impulsos, motivações e desejos a expressarem a hegemonia de classes que administra o aparelho estatal. E essa administração estende-se igualmente aos processos políticos criando uma lógica que orienta o seu desdobramento.

Essa lógica está impregnada de cargas ideológicas a condicionar fazeres e atitudes segundo critérios que a ideologia dominante assim estabelece. Toda ação política e, por extensão, toda ação histórica contém uma concepção ideológica que a acompanha, e quando se trata do Estado essa ação deriva da classe que hegemoniza o poder político. Um Estado é necessariamente de classe porque a outra concepção de Estado, como espaço onde se defrontam interesses diversos, pressupõe uma certa neutralidade do Estado.²² Em outras palavras, o Estado não é senão uma instituição jurídica, política e constitucional que pairaria acima de interesses,

inclusive os de classe. E as classes sociais quando atuam nos processos sociais exercem essa atuação através de uma consciência de classe, pois só assim elas adquirem a visibilidade de classe e não a de um mero rótulo a identificar contingentes sociais identificados a partir de critérios econômicos e de renda.

Logo, se o Estado é a representação organizada de um poder que é exercido pela dominação que uma ou mais classes exercem sobre as demais, as questões que se colocam no âmbito dos grandes desafios da humanidade, como evoca Malina, não independem da natureza do Estado. Ao contrário, é a sua natureza, sua composição de classe, que orienta as ações políticas, sejam de que espécie for, de cunho institucional ou de sentido não institucional, mas de conotação geral porque capaz de atingir a todos os cidadãos mais ou menos interessados nas decisões que se tomam nas esferas públicas e privadas, ambas sob o controle de interesses que atendem prioritariamente à classe dominante. Não levar em conta essa ação conjugada como um dado recorrente é imaginar que o Estado é um instrumento em condições de atender as demandas da sociedade como um todo.

A outra questão é a da democracia. Se a primeira, a do Estado, aparece de forma pouco clara nos textos e pronunciamentos do PPS de Malina e Freire, a da democracia é bem mais explícita embora não menos sujeita a reparos. A superação de um velho esquema maniqueísta segundo o qual haveria uma democracia burguesa e outra proletária, de modo a definir as representações orgânicas da política institucional do capitalismo e do socialismo soviético representou um avanço. E por que representou um avanço? Pela simples razão de que se dissimulava a questão central, que consiste no significado real da democracia e não em sua representação ideal.

Assim, deixando de lado a idéia que se atribuía ao capitalismo uma formação democrática inspirada na plena liberdade individual, ao passo que o

[...] se o Estado é por excelência o aparelho responsável pelo abrigo do poder e de suas instituições, toda a sua conformação está impregnada desse poder nele instalado.

socialismo possuía, em contrapartida, uma democracia coletiva, em que os interesses de todos sobrepujavam interesses individualizados, que numa sociedade de classes acabam contemplando os desejos dos proprietários dos meios de produção em detrimento dos trabalhadores, operou-se uma discussão mais aprofundada da questão. Sem

dúvida, há uma democracia como valor comum a sistemas sejam eles quais forem. Muito embora, esse valor não seja necessariamente “universal”,²³ pois se considerar dessa maneira teremos que admitir que a representação democrática se encontra acima da organização material a determinar os fundamentos de um sistema ou modo de produção ou de outro. E não se trata de uma divergência semântica com vistas a embaralhar a discussão, mas de

uma diferença essencial como veremos a seguir.

O reparo que faço ao termo universal está precisamente no fato de passar uma idéia de acessibilidade. Na medida em que se generaliza seu uso o substantivo democracia acaba por ser alguma coisa a ser obtida e aproveitada independentemente das condições de vida das pessoas e das classes sociais. Mesmo que aqueles que o empregaram associando o substantivo ao adjetivo, “democracia como valor universal”, o tenham feito com perfeita compreensão desse aspecto aqui assinalado, nunca é demais que se alerte com relação à combinação entre os dois. O valor universal da democracia atravessa a estrutura de classe, em primeiro lugar, para depois poder ser relacionada aos regimes sobre os quais se situa o uso que dela tem sido feito. Não pode haver democracia que independa de uma dada estrutura social. O que pode haver é um conjunto de valores, esses sim, capazes de sobrepor-se a qualquer estrutura porque são valores que pertencem à história da humanidade.

Porém, a questão da democracia não se esgota aí. O aspecto da universalidade e portanto de sua aplicabilidade aos modos de produção capitalista ou socialista é correto enquanto percepção de

condições de dignidade humanas a depender de sistemas, todavia permanece um conjunto de outros problemas sobre os quais a sentença da universalidade é insuficiente para deles dar conta. Podemos destacar três desses problemas para um exame à parte, mesmo tendo em vista que todos eles se inter-relacionam. Mas, para efeito de análise, situá-los separadamente.

O primeiro problema é o da liberdade humana. A dificuldade preliminar reside em definir o conceito de liberdade, em razão de inúmeros empregos que dela podem ser feitos, a começar pela distinção sempre lembrada entre liberdade individual e liberdade social ou coletiva.²⁴ Na primeira, estaria presente a indagação segundo a qual os indivíduos numa sociedade democrática não podem prescindir de sua liberdade enquanto individualidade ou esta estaria condicionada a existência de uma liberdade para todos? Durante muito tempo, desde os tempos da Ilustração até o advento do movimento existencialista, sobretudo de raiz sartreana, essa questão da liberdade se encontrava confinada aos meios filosóficos e seletivamente políticos. Não era, portanto, matéria de debate que atravessasse a sociedade em suas diversas entidades, tais como as escolas, as ordens religiosas, ou entidades públicas ou privadas.

Foi preciso que o crescente maniqueísmo das relações internacionais durante a Guerra Fria aguçasse as contradições políticas e ideológicas tornando a questão da liberdade um ponto de sistemática discussão entre ideólogos e partidários dos dois blocos que se constituíram em torno dos EUA e da URSS para que o debate frutificasse a seu modo. Em ambos os regimes havia o que se contestar, ora a absoluta prevalência das liberdades individuais, ora o absolutismo do princípio da liberdade coletiva com o inexorável desprezo pela outra liberdade, a dos indivíduos. Muito embora essa discussão nos leve longe demais para as dimensões deste texto, cabe salientar que o desconhecimento dos primórdios da discussão da problemática da liberdade, presente nas obras clássicas pós-humanistas, era total. Os argumentos ideológicos substituíam os de natureza teórica, de modo a sugerir a impraticabilidade de um diálogo entre os defensores dos sistemas de representação do ideário libertário.

O valor universal da democracia atravessa a estrutura de classe, em primeiro lugar, para depois poder ser relacionada aos regimes sobre os quais se situa o uso que dela tem sido feito.

O mérito de Malina foi o de ter percebido desde cedo que a separação rigorosa entre esses dois sentidos da liberdade, o sentido individual e o coletivo, é falso. No mínimo, escamoteia um desejo de sobrepor um sentido sobre o outro, como se essa maneira de enfrentar a questão pudesse ser assim tão facilmente equacionada. Ele deixou a percepção desse equívoco nas entrelinhas de seus escritos, mas a mim ele o externou com convicção,²⁵ que aliás está presente também nos primeiros documentos do PPS. No *Projeto de Resolução Política para o XII Congresso do PPS*, o item 3, intitulado “A democracia como o caminho para o socialismo”, está presente a interação das liberdades, individual e coletiva, como algo inseparável, porque assim deve ser concebida. A perspectiva de Malina naquele momento ainda era bastante razoável em termos práticos, operacionais, na formulação das teses e estratégias partidárias.

Pena que Malina não tenha aprofundado sua concepção na direção que considero lógica, a de que se não há divisão possível entre liberdade do indivíduo e liberdade dos indivíduos, se quisermos assim colocar a questão. A liberdade comporta necessariamente uma dimensão histórica e uma dimensão sistêmica, isto é, toda representação real e formal da liberdade encontra-se no âmbito das estruturas que sustentam essa e outras manifestações. Desse modo, é natural que no capitalismo se privilegie o caráter individual da liberdade uma vez que esse sistema atomiza o social tornando-o sem representação substantiva, ao contrário do socialismo. É evidente, que isso não implica tolerar neste último o uso de métodos que constroem as pessoas ao tolher suas iniciativas de intervenção nos processos sociais e políticos. Mas aí a questão não é dos sistemas, e sim da forma orgânica como se constituiu. Penso, daí o lamento, que Malina não chegou a completar seu raciocínio a ponto de identificar não apenas as distorções, mas o caráter mesmo da liberdade nos dois modos de produção existentes no século XX. Mas se esse complemento não aconteceu foi porque estava presente uma concepção nitidamente adesista em relação a um processo revolucionário que o encantava, e a Freire também, o da revolução tecnológica e científica, a revolução do conhecimento. Isso fica claro num texto de Roberto Freire de 1997, o qual denominou de *Nova e velha esquerda: balanço e perspectivas*. Senão vejamos.

Depois de destacar que a velha esquerda é aquela que está presa à teoria (diria a postulados doutrinários e não teóricos), ao passo que a nova esquerda reconhece os erros de condução do socialismo, comete afirmações cujo sentido é fundamentalmente *impressionista*, porque aparente. Assim é que para Freire “[o] impacto dessas inovações nos meios de transporte e, principalmente, comunicações foi decididamente revolucionário”. Esse caráter está então na velocidade, na abrangência e nos eventuais impactos sobre os povos? E o fundamento essencial desse processo resultou no que se refere à apreensão dos cidadãos de seus direitos e possibilidades? A secundarização dos efeitos das mudanças materiais parece tomar esses processos como suficientes para gerar maiores expectativas, o que subjetivamente não tem acontecido, já que o grau de engajamento e participação tem sofrido grandes recuos.

O pior é quando o texto de Freire afirma que “[a] revolução científico-tecnológica sinaliza a perda progressiva de importância do trabalho na estruturação das diferentes relações sociais”. Trata-se de uma afirmação nitidamente mercantilista, típica de economistas e estudiosos que vêem no trabalho um fator de produção material e nada mais. Ora, a concepção marxista prima exatamente por discordar dessa maneira de conceber o trabalho humano. Para Marx o homem produz-se em primeiro lugar para poder em seguida produzir para a satisfação de suas necessidades de reprodução. Se o trabalho constitui o ser humano ele jamais perderá sua importância, até mesmo no sentido capitalista da concepção errônea que é invocada para encanto dos globalistas neoliberais. Dizer que “a sociedade precisa de cada vez menos trabalho para sua sobrevivência” é admitir que as novas necessidades são supridas pela exuberância de um sistema que faz da tecnologia um instrumento para sua própria reprodução em escala na qual o trabalho passa a representar um papel menor no processo tecnológico.²⁶

A despeito das ressalvas que o referido texto faz, quando afirma que “[não], evidentemente, o trabalho como manifestação vital do homem, como atividade especificamente humana de interação com a natureza, mas o trabalho como gerador de mercadoria e, nessa medida, de valor, emprego, renda e identidade social” estaria, segundo os

autores²⁷ comprometido. Também aí o argumento é contestável à luz do marxismo, pois Marx já previa que com o desenvolvimento das forças produtivas (e a força de trabalho está obviamente incluída) haveria a possibilidade da tecnomanufatura em níveis mais sofisticados substituir paulatinamente as formas manufatureiras.²⁸

Se isso acontece nos patamares do processo produtivo é igualmente similar o que se passa nas relações de produção, onde o trabalhador assume níveis de consumo e de bem-estar social que não desautorizam sua condição de parte explorada da relação entre capital e trabalho, como sugere o citado texto, ao afirmar que presentemente “os operários têm mais a perder que as cadeias que os amarram”, numa alusão à sentença de Marx de que a emancipação da humanidade é condição para a auto-emancipação dos trabalhadores. A rigor, nada muda em termos de uma relação que permanece conflitiva porque determinante para a separação entre detentores dos meios de produção e vendedores da força de trabalho, não importa se em condições significativamente melhores em função da absorção, ainda que limitada, desses últimos no circuito do consumo de bens circulantes.

Não nos parece crível que a identificação entre trabalhadores e os valores da igualdade e liberdade tenha chegado ao fim, como se encontra afirmado no mesmo texto sobre as esquerdas. Tampouco que essa identificação “mecânica” seja fruto de uma visão já ultrapassada. Se a democracia “assume importância estratégica para as posições de esquerda” é porque sempre foi assim, com a diferença de se lançar mão à época de uma adjetivação necessária para fins de contraposição à democracia burguesa. Assim, a então chamada democracia proletária jamais deixou de ter um caráter estratégico, mesmo que usada de forma propagandística ou ideológica com vistas à afirmação da perspectiva do proletariado.

É válido, no entanto, que se discuta o papel do proletariado hoje. Certamente mudou o peso social e político em comparação com o que havia alcançado nos séculos XIX e XX. Todavia, isso não quer dizer que a classe trabalhadora, bastante modificada em seu perfil atualmente, tenha feito desaparecer o caráter estrutural da exploração capitalista.²⁹ Nesse sentido, não se pode partilhar a democracia com quem não tem condições de levá-la às últimas

conseqüências, ou seja, com os exploradores do capital. Considerar a democracia como um dado universal é objetivamente propor essa partilha ou esse uso comum, inteiramente impertinente porque é contraditório. Ainda bem que ao final do texto em exame, os autores reconhecem as diferenças fundamentais entre a liberdade concebida pelo mercado e pelos que adotam o caminho do socialismo.

O segundo problema é o do desenvolvimento de capacidades. Ponto crucial na concepção de democracia na perspectiva marxista, pois está umbilicalmente ligada ao processo de criação através do trabalho. Da mesma forma que o trabalho faz o homem, as liberdades fundamentais possibilitam o pleno exercício de faculdades capazes de torná-lo exímio detentor dos bens naturais, integrando-se a estes e deles tirando proveito. Na verdade, mais do que dispor de liberdades fundamentais, o ser humano precisa libertar-se de amarras que bloqueiam sua inventiva e criatividade. Neste aspecto, Malina sempre percebeu o alcance desse sentido libertador, razão pela qual procurava externar sua insatisfação diante da necessidade da clandestinidade. E tinha razão ao dizer que a privação causada por ela tirava do militante comunista tempo precioso, subtraído pela impossibilidade de alcançar novas informações e acessar novas experiências.

Essa cultura ficou tão marcada no comportamento dos quadros dirigentes do partido que a pretensa mudança de sigla, com o intuito de alterar procedimentos e práticas condenadas do passado, jamais chegou a se concretizar no PPS. A começar pela sigla. Um partido, ao contrário de uma empresa, não se faz com marketing, mas é o resultado de um processo diligente de construção com base em princípios perfeitamente identificáveis por parte de seus integrantes. Quando Malina em seu depoimento deixa transparecer uma certa frustração com relação aos rumos do PPS, ele tinha inteira razão, mas seu modo conciliador e paciente, subproduto de sua cultura comunista, elevava a tolerância aos níveis da exaustão.

O PPS precisa ter claro o que significam os vocábulos constitutivos de sua legenda. A começar pelo P de partido. Parece banal essa questão, mas não é. Há concepções que consideram ser o PPS um partido oposto ao que foi o PCB. Nada muito orgânico, de preferência até inorgânico, aberto a

todas as tendências e sem quaisquer resquícios doutrinários, ou mesmo teórico. Mas, há, por outro lado, os que, como Malina e Freire, pensam que um partido deve submeter-se aos colegiados e, portanto, aos níveis mais elementares de organização sem que com isso se burocratize. O problema, no entanto, está mais na abolição de um referencial teórico. Reitero o que disse acima que sem ele o desenvolvimento das capacidades fica completamente prejudicado. Não basta promover debates, é necessário que se tenha um Norte e o marxismo permanece esse Norte porque ele responde às questões que o novo tempo nos coloca. Mais do que se cogitava no século XX de um partido político, é impensável hoje em dia que uma organização partidária integre os planos local ou regional, nacional e internacional abrindo mão de compromissos com seu ideário teórico. Ser coetâneo com o tempo de sua inserção nos processos sociais e políticos sem jamais abdicar de princípios em troca de algo que possa supostamente representar o “moderno”, porque este não é uma aquisição, é uma compreensão de tendências não necessariamente em descompasso com pressupostos teóricos de um partido.

O outro P do PPS, o Popular é mais complexo, pois pressupõe duas leituras possíveis e não excludentes. Há o popular no sentido de representativo, isto é, na direção de uma representação dos interesses do povo, enquanto camadas mais espoliadas. Neste sentido, existe a novidade de incorporar os segmentos que estejam fora do “mundo do trabalho”, dos relegados à própria sorte, situados na linha entre pobreza e miséria absoluta. Não organizados e sem qualquer consciência de sua exclusão social, trata-se de um contingente que foi desprezado pelas esquerdas durante algum tempo, talvez por representarem o combustível utilizado pelo capital para manter a exploração mediante o uso desse “exército da reserva industrial” de que nos falara Marx.

O sentido de popular como combinação de interesses comuns ao povo ou povos de uma mesma nacionalidade equipara esse segundo sentido ao de nacional, cuja associação esteve presente entre nós na experiência da ANL dos anos 1930 e das teses nacional-desenvolvimentistas, principalmente veiculadas pelo Iseb, de acordo com a interpretação de um de seus ideólogos, o filósofo Álvaro Vieira

Pinto.³⁰ Para esse isebiano era o povo o ser nacional, o condutor do processo revolucionário que, como se sabe, resultou no golpe de 64. Parece, portanto, mais “moderno”, digamos assim, ficar com o primeiro sentido. Não só porque ele é mais preciso ao qualificar seu significado de popular, como é naturalmente mais abrangente, além de inovador e instigante em razão dos desafios que provoca.

Por último, o S de socialista. Ainda que não seja complexo é, no entanto, o mais polêmico. Há os que se refugiam na indefectível expressão “crise dos paradigmas” para não enfrentar a questão e simplesmente ratificar o fato indiscutível da derrota do sistema socialista soviético tendo à frente a URSS. Assim, com a “derrubada do Muro de Berlim” estaria encerrada uma etapa da história mundial. Nesse sentido, o socialismo foi um projeto que não deu certo e cuja tarefa consistiria em saber que razões teriam levado a esse desastroso epílogo.

Retomando a avaliação sobre nosso personagem central, creio que Malina chegou em dado momento a integrar as fileiras dos que assim se manifestam diante da crise que resultou no desmonte do sistema socialista soviético. É explicável que isso tenha acontecido com ele e com grande número de socialistas honestos e com longa dedicação à causa revolucionária. Afinal, esses devotados militantes associavam o socialismo à experiência dos regimes soviéticos, como de resto faziam igualmente os opositores desses regimes. Mas, façamos justiça ao dedicado Malina. Diferente daqueles que ao fazerem essa compreensível associação entre socialismo e soviétismo concluem que a derrota sepultou a possibilidade de uma volta dessa experiência, Malina acreditava ser possível refundar o socialismo em novas bases, desde que abandonasse por completo o sistema soviético, desprovido do elemento fundamental de nossos tempos que é a democracia. A democracia enquanto jogo do contraditório e enquanto tolerância diante das diferentes concepções que possam ser postas em discussão em nome do bem comum.

A democracia enquanto jogo do contraditório e enquanto tolerância diante das diferentes concepções que possam ser postas em discussão em nome do bem comum.

No PPS, é preciso que se diga, o S de socialismo chegou a ser desprezado por uma corrente não insignificante no congresso que formalizou o abandono da sigla PCB. Fora, através dessa corrente, proposta a nova sigla sem o S, da mesma forma que havia os que se encantavam com a nova denominação adotada pelos neocomunistas italianos, a do PDS.³¹ Assim, a inclusão do S de socialismo não foi facilmente aceita, o que denota resistência ao ideário ou total rejeição às idéias socialistas. Malina filiou-se aos que acabaram fazendo valer o S na nova legenda, da mesma forma que relutou em abandonar a idéia de conjugar socialismo com democracia, muito embora essa química não fosse por ele e seus companheiros mais próximos completamente efetuada a ponto de torná-la transparente junto a opinião pública, aos militantes em geral e aos interlocutores do partido.

Se a experiência do chamado “socialismo real” se esgotou, o socialismo como alternativa ao capitalismo permanece presente e atual, porque atual se encontra o ideário marxista, e não há perspectivas socialistas conseqüentes que dispense o marxismo. Primeiro, basta constatar que a contradição principal do mundo globalizado se faz presente nas relações entre capitalismo e democracia. O capitalismo não só não resolveu o problema das demandas da democracia, como as agravou. E é essa a contradição principal de nossos tempos. Segundo, o único contraponto possível e capaz de quebrar a espinha dorsal dessa contradição é a socialização dos meios de produção em escala planetária. Dessa maneira, a democracia que se cogita no movimento socialista hoje em dia é a democracia social, aquela que põe a nu as insuperáveis contradições do capitalismo em sua fase neoliberal.

Ao contrário da socialização empreendida pelo socialismo soviético ou real, a socialização capaz de fazer avançar a democracia não está no Estado, na estatização, mas na entrega ao poder público. Assim, diferentemente da estatização, deve-se procurar um novo tipo de gerenciamento com base no controle do interesse público sobre as atividades tanto do setor privado quanto do estatal. Aí está provavelmente o caminho para se introduzir o socialismo democrático que freqüentava a reflexão de Salomão Malina ultimamente.

O terceiro problema é o da representatividade. A democracia não pode prescindir desse componente. Ter representatividade é possuir um conjunto de preceitos capaz de fazer valer a presença de uma corrente política e partidária na vida de uma sociedade. Não há dúvida de que o PCB conseguiu, ao longo de sua história, essa representatividade junto aos setores influentes da opinião pública do país, o que não significa que tivesse densidade eleitoral. Essas coisas não se misturam. Os comunistas lograram alcançar essa representatividade não obstante tivessem tido desempenhos pouco expressivos nos processos eleitorais de que pode participar sem grandes constrangimentos para seus candidatos e seus militantes.

Um dos traços dessa cultura política responsável pelo grau de representatividade dos comunistas no passado deveu-se à capacidade de operar alianças eleitorais e, em determinados momentos, alianças políticas em torno de questões candentes para o país. É muito provável que o bom êxito obtido nas ocasiões em que o velho “partidão” traçou políticas de alianças com forças políticas distintas tenha garantido esse capital político que o tornou presença respeitada no cenário político nacional, um poder simbólico.³² E esse respeito ocorreu sobretudo em virtude do compromisso acertado ter sido plenamente observado, pois o que esteve em jogo nesses casos, para os comunistas, era a defesa da soberania nacional ou a sustentação de pleitos democráticos que permitissem uma maior participação das forças populares nos processos decisórios institucionais.

O exemplo da campanha pelo monopólio brasileiro do petróleo, que culminou com o Decreto nº 2.004 de 3 de outubro de 1953 e com a criação da Petrobrás é altamente ilustrativo, principalmente se se considerar que os comunistas situavam-se, durante esse movimento, na oposição aos governos da República, o de Dutra (1946-1950) e de Vargas (1951-1954), ocasião em que se desenvolveu a referida campanha.³³ A representatividade dos comunistas estava ancorada mais na respeitabilidade de seus quadros conhecidos como honestos defensores dos interesses nacionais do que como de uma força político-partidária, mesmo tendo surpreendido favoravelmente os mais otimistas quando alcançou cerca de 10% do eleitorado nas

eleições de 1945, com a candidatura de Yedo Fiúza e a eleição de uma bancada de 14 deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes.

E essa credibilidade a lhe conferir a reconhecida representatividade decorria também das lutas em defesa de melhores condições de vida e trabalho para o povo brasileiro. Ao se juntar as duas condições, a luta pela soberania nacional e a luta pela dignidade do trabalho, o apelo internacionalista que sempre fora usado pelos reacionários para negar o papel dos comunistas, acusando-os de traidores da pátria porque adeptos de uma revolução mundial, acabava freqüentemente esvaziado. Tratava-se de mero expediente ideológico com vistas a desconsiderar a progressiva influência que o partido conseguira desde os tempos do combate à ditadura estadonovista e a ascensão nazi-fascista em todo o mundo.

Malina foi um quadro dirigente que encarnou a positividade dessa cultura política comunista construída historicamente desde os tempos do pós-Segunda Guerra Mundial, época em que de fato começa a se constituir nacionalmente o PCB. A análise de sua trajetória por mais que se limite à sua personalidade acaba por estender-se à do partido como um todo. Dessa forma, ele foi ao mesmo tempo produto dessa cultura política e um dos principais reprodutores do que nela houve de melhor, a começar pelo exercício da reflexão desprovida de dogmatismo ou sectarismo. Em consequência, quando alguém se dispõe a examinar suas idéias não é possível deixar de levar em conta essas duas coisas: o legado de Malina é o legado da cultura comunista no Brasil e, a eventual crítica que a ele se fizer deve principiar por reconhecer que foi um intelectual orgânico com todas as limitações que essa condição conheceu na história do PCB. Acredito que essas limitações, que o próprio Malina reconhecia, acabaram sendo um dos obstáculos à realização do desafio de refundação do socialismo como esperava um não desprezível contingente do PPS. Se Malina não conseguiu imprimir um rumo que direcionasse a nova legenda nos caminhos para se tornar uma real continuidade das lutas e esperanças de muitos homens e mulheres de ação, comprometidos com o país, dificilmente os atuais dirigentes conseguirão esse objetivo, pois em muitos falta disposição e talento para realizar essa tarefa. Com a morte de Salomão Malina os

comunistas sofreram uma grande perda e a política um construtor de quadros.

NOTAS

- 1 Salomão Malina, *O último secretário: a luta de Salomão Malina* (Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002).
- 2 Entendemos por cultura política a sedimentação de um conjunto de práticas políticas desenvolvida por indivíduos ou grupos sociais. Aplica-se, portanto, à história de partidos políticos ou entidades que congregam pessoas a elas dedicadas. Ver Lincoln de Abreu Penna, *Política & história: lugares e fazeres* (Vassouras: Editora da Universidade Severino Sombra, 2000), pp. 65-78.
- 3 Salomão Malina, *O último secretário: a luta de Salomão Malina*, cit. p. 186.
- 4 Na mesma página 186, mencionada na nota anterior, Malina afirma: "Passamos a compreender que existem problemas na humanidade que se colocam acima da luta de classes, isto é, compreendemos que há problemáticas universais e pluriclassistas que afetam a todo o ser vivente no planeta".
- 5 Trata-se de um conceito de Antonio Gramsci que significa um Estado que congrega forças sociais e políticas de modo a operar as políticas de interesse da(s) classe(s) hegemônicas no poder. Ver Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988).
- 6 Ver Jacob Gorender, *Marxismo sem utopia* (São Paulo: Ática, 1999). O autor discute a apropriação do marxismo diante dos novos desafios colocados pela crise dos paradigmas ao fim do século XX. Embora discorde de seus argumentos, trata-se de um texto instigante para se dar prosseguimento a essa discussão.
- 7 Salomão Malina, *O último secretário: a luta de Salomão Malina*, cit. p. 195.
- 8 *Ibid.*, p. 198.
- 9 Ver Jacob Gorender, *Marxismo sem utopia*, cit.
- 10 Henry Kissinger, *Diplomacy* (Nova York: Touchstone, 1994).
- 11 Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem* (Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1992).
- 12 Stéphane Courtois et alii, *Le livre noir du communisme. Crimes, terreur, répression* (Paris: Robert Laffont, 1997). Muito embora não tenha um caráter tipicamente anticomunista, a idéia de veicular os fatos narrados nesse livro sem ouvir fontes alternativas denota um forte sentimento de desprezo à experiência do socialismo soviético.
- 13 Mikhail Gorbatchev, *Perestroika – novas idéias para o meu país e o mundo* (São Paulo: Best-Seller, 1991); Anthony Giddens, *Para além da esquerda e da direita* (São Paulo: Unesp, 1996) e "A Terceira Via em cinco dimensões", em Caderno Mais!, *Folha de S. Paulo*, 21-2-1999; Jacob Gorender, *O fim da URSS: origens e fracasso da Perestroika* (São Paulo: Atual, 1992); Paul Hirst & Grahame Thompson, *Globalização em questão* (Petrópolis: Vozes, 1998). Esses livros, entre outros, abordam a problemática da crise do modelo soviético e seus possíveis desdobramentos.
- 14 Ver especialmente *Controvérsia sobre a dialética. Marxismo e existencialismo* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984). Trata-se de um debate entre os marxistas Roger Garaudy (então marxista) e Jean-Pierre Vigier contra os existencialistas Jean-Paul Sartre e Jean Hippolyte.
- 15 Ver François Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo:

- Xamã, 1996); Noam Chomsky, *Novas e velhas ordens mundiais* (São Paulo: Scritta, 1996).
- ¹⁶ Ver Helmut Reichelt "Sobre a teoria do Estado nos primeiros escritos de Marx e Engels", em *A teoria do Estado: materiais para a construção da teoria marxista do Estado* (Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990), pp. 9-57.
- ¹⁷ Ver John Hall (org.) *Os Estados na história* (Rio de Janeiro: Imago, 1992).
- ¹⁸ Michel Albert, *Capitalisme contre capitalisme* (Paris: Seuil, 1991); ver também Guy Aznar, *Trabalhar menos para trabalharem todos* (São Paulo: Scritta, 1930).
- ¹⁹ Ver Hugues Portelli, *Gramsci e o bloco histórico* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970).
- ²⁰ Denominava-se socialismo fabiano (Fabiano, general romano que vencía as batalhas pelo progressivo desgaste ou cansaço de seus adversários) àquela corrente que sustentava o uso de métodos gradualísticos na conquista do socialismo, abdicando, por conseguinte, de métodos revolucionários.
- ²¹ Marx-Engels, *Werke* (Berlim: Dietz), *apud* Helmut Reichelt, "Sobre a teoria do Estado nos primeiros escritos de Marx e Engels", cit. p. 17.
- ²² Ver Michael Mann, "O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados", em John Hall, *Os Estados na história*, cit., pp. 163-204.
- ²³ Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal* (São Paulo: Ciências Humanas, 1980).
- ²⁴ Norberto Bobbio, *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992).
- ²⁵ Por ocasião do XII Congresso do PPS, realizado em Brasília, tive a oportunidade de conversar com Malina a propósito dessa e de outras questões que me pareciam, na época principalmente, candentes para o partido.
- ²⁶ Trata-se da mesma concepção que norteou o Partido Socialista Unificado (PSU) da França antes que este partido fosse absorvido pelo novo PSF (Partido Socialista Francês) de François Mitterrand. O líder do então PSU era Michel Rocard, que viria a ser ministro de Estado do governo Mitterrand. Rocard colocava grande peso exatamente nos processos tecnológicos e científicos e afirmava que a nova sociedade caminharia por essa via.
- ²⁷ O texto é assinado também por Caetano Ernesto Pereira de Araújo, sociólogo e professor da UnB e consultor legislativo do Senado Federal.
- ²⁸ Karl Marx, *O Capital* (São Paulo: Abril Cultural, 1983).
- ²⁹ Paulo Nogueira Batista Jr., *Mitos da globalização* (São Paulo: IEA-USP, 1997).
- ³⁰ Ver do autor "Álvaro Vieira Pinto, o filósofo das massas", em *Cadernos do NEHP*, nº 3, Rio de Janeiro, IFCS, 1993.
- ³¹ Partido Democrático de Sinistra (Esquerda em italiano), legenda que abrigou a maioria dos antigos militantes do PCI.
- ³² Pierre Bourdieu, *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989).
- ³³ A participação dos comunistas nessa campanha é reconhecida até mesmo por seus mais ferrenhos adversários. Ver, por exemplo, Carlos Eduardo Paes Barreto, *A saga do petróleo brasileiro*. "A farra do boi" (São Paulo: Nobel, 2000).